ESTADO de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE Sao Bernardino

AUDIÊNCIA PÚBLICA
DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO
DAS METAS FISCAIS

2º Quadrimestre/2019

exigência legal

Lei Complementar n°101, de 04 de Maio de 2000, Art. 9°, § 4°

Art. 9º - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 4º - Até o final dos meses de Maio, Setembro e Fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública na comissão referida no § 1º do Art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

temas a serem apresentados

* Execução Orçamentaria
* Metas Arrecadação
* Cronograma de Desembolso
* Aplicação de Recursos em Saúde (15%)
* Aplicação de Recursos em Educação (25%)
* Aplicação dos Recursos Recebidos do FUNDEB (60%)
* Despesas com Pessoal
* Ações de Investimentos Previstas na LDO e LOA

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

Lei 4.320/64, Art. 2° - A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

§ 1° Integrarão a Lei de Orçamento:

I - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;

II - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo nº1;

III - Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;

IV - Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

§ 2º Acompanharão a Lei de Orçamento:

I - Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;

II - Quadros demonstrativos da despesa, na forma dos Anexos n°6 a 9;

III - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Receita Arrecada em Exercícios Anteriores |
| **Exercício**  | **Valores**  |
| 2015 | 13.021.520,15 |
| 2016 | 14.188.042,54 |
| 2017 | 13.216.527,80 |
| 2018 | 15.512.705,74 |

|  |
| --- |
| Receita Arrecadada até 2º Quadrimestre/2019 |
| Receita Orçamentária | 9.565.880,80 |
| Média Mensal | 1.195.735,10 |

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Evolução da Receita Orçamentaria |



despesa orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Despesa Realizada em Exercícios Anteriores |
| **Exercício**  | **Empenhado** | **Liquidado** |
| 2015 | 11.917.842,24 | 11.652.699,30 |
| 2016 | 13.000.878,22 | 12.636.995,13 |
| 2017 | 12.247.578,98 | 12.188.978,15 |
| 2018 | 14.714.544,64 | 14.396.937,06 |

|  |
| --- |
| Despesa até 2º Quadrimestre/2019 |
| Despesa Orçamentária | 11.870.572,01 | 9.464.215,42 |
| Média Mensal | 1.483.821,50 | 1.183.026,93 |

despesa orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Evolução da Despesa Orçamentaria Realizada |



receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

LRF, Art. 2° - Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

IV - Receita Corrente Líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do Art. 201 da Constituição.

§ 1º Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

|  |
| --- |
| Receita Corrente Líquida (RCL) Arrecadada em Exercícios Anteriores |
| **Exercício**  | **Valores**  |
| 2015 | 11.396.682,81 |
| 2016 | 12.960.935,71 |
| 2017 | 13.364.369,54 |
| 2018 | 14.116.036,87 |

|  |
| --- |
| Receita Corrente Líquida Arrecadada até 2º Quadrimestre/2019 |
| Receita Corrente Líquida | 9.305.913,09 |
| Média Mensal | 1.163.239,14 |

receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

|  |
| --- |
| Evolução da Receita Corrente Líquida (RCL) |



execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

LRF, Art. 52 - O relatório a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;

b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II - demonstrativos da execução das:

a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;

b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;

c) despesas, por função e subfunção.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do Art. 51.

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
| **Receitas Arrecadadas**  |
| **Receitas Correntes (I)**  | **9.305.913,09**  |
| Receita Tributária | 361.918,02 |
| Receita de Contribuições | 29.156,32 |
| Receita Patrimonial | 48.685,29 |
| Receita Agropecuária | 0,00 |
| Receita Industrial | 0,00 |
| Receita de Serviços | 104.680,38 |
| Transferências Correntes | 10.403.239,80 |
| (-) Deduções das Transferências Correntes | -1.643.838,03 |
| Outras Receitas Correntes | 2.071,31 |
| **Receitas de Capital (II)**  | **259.967,71**  |
| Operações de Crédito | 0,00 |
| Alienação de Bens | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 |
| Transferências de Capital | 259.967,71 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 |
| **Total (III) = (I+II)**  | **9.565.880,80**  |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
| **Despesas Liquidadas Por Função de Governo**  |
| 01 - Legislativa | 401.658,08 |
| 04 - Administração | 1.124.393,11 |
| 06 - Segurança Pública | 58.857,55 |
| 08 - Assistência Social | 598.072,45 |
| 10 - Saúde | 2.346.341,25 |
| 12 - Educação | 1.954.983,28 |
| 13 - Cultura | 84.301,07 |
| 14 - Direitos da Cidadania | 4.480,00 |
| 15 - Urbanismo | 447.822,78 |
| 16 - Habitação | 2.157,20 |
| 17 - Saneamento | 5.444,27 |
| 20 - Agricultura | 1.370.378,15 |
| 22 - Indústria | 0,00 |
| 24 - Comunicações | 1.487,89 |
| 25 - Energia | 42.707,94 |
| 26 - Transporte | 859.940,18 |
| 27 - Desporto e Lazer | 75.854,43 |
| 28 - Encargos Especiais | 85.335,79 |
| 99 - Reserva de Contingência | 0,00 |
| **Total (IV)**  | **9.464.215,42**  |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
| Execução Orçamentária e Financeira  |
| Superávit Financeiro do Exercício Anterior (V) | 798.161,10  |
| Superávit Financeiro Apurado Até o Quadrimestre (VI) = (III-IV) | **101.665,38**  |
| **Superávit (VII) = (V + VI)**  | **899.826,48**  |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
|  |



metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

LRF, Art. 8° - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea "c" do inciso I do Art. 4°, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LRF, Art. 13 - No prazo previsto no Art. 8°, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |
| **Receitas Orçamentárias**  | **Previsão**  | **Arrecadação**  | **Diferença**  |
| **Receitas Correntes (I)**  | **8.164.533,52**  | **9.305.913,09**  | **1.141.379,57**  |
| Receita Tributária | 323.183,36 | 361.918,02 | 38.734,66 |
| Receita de Contribuições | 26.666,64 | 29.156,32 | 2.489,68 |
| Receita Patrimonial | 35.470,08 | 48.685,29 | 13.215,21 |
| Receita Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 77.133,44 | 104.680,38 | 27.546,94 |
| Transferências Correntes | 9.431.040,08 | 10.403.239,80 | 972.199,72 |
| (-) Deduções das Trasnrências Correntes | -1.728.960,08 | -1.643.838,03 | 85.122,05 |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 2.071,31 | 2.071,31 |
| **Receitas de Capital (II)**  | **0,00**  | **259.967,71**  | **259.967,71**  |
| Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 0,00 | 259.967,71 | 259.967,71 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Total (III) = (I+II)**  | **8.164.533,52**  | **9.565.880,80**  | **1.401.347,28**  |

metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |



cronograma de desembolso

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

LRF, Art. 8° - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do Art. 4°, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LRF, Art. 13 - No prazo previsto no Art. 8°, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

cronograma de desembolso

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |
| **Despesas Orçamentárias**  | **Fixadas**  | **Realizadas**  | **Diferença**  |
| **Despesas Correntes (I)**  | **9.478.016,08**  | **8.712.639,00**  | **765.377,08**  |
| Pessoal e Encargos Sociais | 4.860.480,96 | 4.645.341,68 | 215.139,28 |
| Juros e Amortização da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Correntes | 4.617.535,12 | 4.067.297,32 | 550.237,80 |
| **Despesas de Capital (II)**  | **365.471,84**  | **751.576,42**  | **-386.104,58**  |
| Investimentos | 365.471,84 | 751.576,42 | -386.104,58 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Fundada Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Reserva de contingência (III)**  | **50.000,00**  | **0,00**  | **50.000,00**  |
| Reserva de contingência | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| **Total (IV) = (I+II+III)**  | **9.893.487,92**  | **9.464.215,42**  | **429.272,50**  |

cronograma de desembolso

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional n°29 de 13/09/2000

EC 29/2000, Art. 7º - O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte Art. 77:

"III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o Art. 156 e dos recursos de que tratam os Art´s. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º."

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita bruta de Impostos e Transferências (I)**  | **8.550.746,22**  |
| **Despesas por função/subfunção (II)**  | **2.346.341,25**  |
| **Deduções (III)**  | **432.049,30**  |
| **Despesas para efeito de cálculo (IV) = (II-III)**  | **1.914.291,95**  |
| **Mínimo a ser aplicado**  | **1.282.611,88**  |
| **Aplicado à maior**  | **631.680,08**  |
| **Percentual aplicado = (IV) / (I) x 100**  | **22,39**  |

APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional n°29 de 13/09/2000

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE RECURSOS NA
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

CF, Art. 212 - A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

LDB, Art. 72 - As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição Federal.

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita bruta de Impostos e Transferências (I)**  | **8.865.886,95**  |
| **Despesas por função/subfunção (II)**  | **1.835.820,59**  |
| **Deduções (III)**  | **270.395,43**  |
| **Resultado líquido da transf. do FUNDEB (IV)**  | **-709.817,08**  |
| **Despesas para efeito de cálculo (V) = (II-III-IV)**  | **2.275.242,24**  |
| **Mínimo a ser aplicado**  | **2.216.471,75**  |
| **Aplicado à Maior**  | **58.770,49**  |
| **Percentual aplicado = (V) / (I) x 100**  | **25,66**  |

APLICAÇÃO DE RECURSOS NA
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ADCT, Art. 60, XII, MP 339/2006, EC 53/2006 e Lei Federal n°9.424/96

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita do FUNDEB (I)**  | **934.400,78**  |
| **Despesas (II)**  | **644.309,46**  |
| **Mínimo a ser Aplicado**  | **560.640,44**  |
| **Aplicado à Maior**  | **83.669,02**  |
| **Percentual Aplicado = (II) / (I) x 100**  | **68,95**  |

APLICAÇÃO DE 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ADCT, Art. 60, XII, MP 339/2006, EC 53/2006 e Lei Federal n°9.424/96

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

CF, Art. 169 - A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

LRF, Art. 19 - Para os fins do disposto no caput do Art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

III - Municípios: 60% (sessenta por cento)

LRF, Art. 20 - A repartição dos limites globais do Art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)**  | **14.166.404,06**  |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)**  | **6.653.289,27**  |
| **Limite Prudencial - 51,30%**  | **7.267.365,28**  |
| **Limite Máximo - 54,00%**  | **7.649.858,19**  |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100**  | **46,97**  |

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)**  | **14.166.404,06**  |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)**  | **461.985,54**  |
| **Limite Prudencial - 5,70%**  | **807.485,03**  |
| **Limite Máximo - 6,00%**  | **849.984,24**  |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100**  | **3,26**  |

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)**  | **14.166.404,06**  |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)**  | **7.115.274,81**  |
| **Limite Prudencial - 57,00%**  | **8.074.850,31**  |
| **Limite Máximo - 60,00%**  | **8.499.842,44**  |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100**  | **50,23**  |

DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE
INVESTIMENTOS PREVISTAS NA LDO E LOA

Lei Complementar n° 101/2000, Art. 9°, § 4°

LRF, Art. 59 - O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

I - Cumprimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

|  |
| --- |
| **Unidade Gestora: 01 - MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO**  |
| **Projeto/Atividade**  | **Previsão**  | **Suplementações**  | **Anulações**  | **Execução**  | **Saldo atual**  |
| 1001 - Instalação de Sistema de Abastecimento de Água |
|  | 110.000,00 | 0,00 | 0,00 | 6.600,00 | 103.400,00 |
| 1002 - Construção de Pontes |
|  | 20.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 8.785,40 | 11.214,60 |
| 1003 - Pavimentação de Ruas |
|  | 13.000,00 | 801.000,00 | 0,00 | 502.544,90 | 311.455,10 |
| 1004 - Apoio a Construção de Unid. Habitacionais - Urbano |
|  | 17.000,00 | 0,00 | 0,00 | 11.207,50 | 5.792,50 |
| 1005 - Apoio a Construção de Unid. Habitacionais - Rural |
|  | 17.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.537,34 | 1.462,66 |
| 1006 - Ampliação de Área Industrial |
|  | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1007 - Ampliação da Rede Física do Ensino |
|  | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 1008 - Construçao de Abatedouro Municipal |
|  | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1009 - Construção de Cemitério Municipal |
|  | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito |
|  | 501.000,00 | 0,00 | 205.000,00 | 180.602,75 | 115.397,25 |
| 2003 - Manutenção da Administração Geral |
|  | 910.000,00 | 0,00 | 0,00 | 536.062,29 | 373.937,71 |
| 2004 - Contribuição a Entidades Municipalistas |
|  | 160.000,00 | 0,00 | 40.000,00 | 115.272,00 | 4.728,00 |
| 2005 - Manutenção do Departamento da Fazenda |
|  | 630.000,00 | 0,00 | 0,00 | 372.089,37 | 257.910,63 |
| 2006 - Serviços de Segurança Pública |
|  | 60.350,00 | 39.819,98 | 0,00 | 57.212,42 | 42.957,56 |
| 2009 - Manutenção do Setor de Esportes |
|  | 130.000,00 | 4.800,00 | 4.800,00 | 101.481,96 | 28.518,04 |
| 2010 - Manutenção de Praças/Quadra de Esportes |
|  | 120.000,00 | 0,00 | 10.000,00 | 35.025,70 | 74.974,30 |
| 2011 - Manutenção da Cultura em Geral |
|  | 220.000,00 | 0,00 | 160.000,00 | 9.811,09 | 50.188,91 |
| 2013 - Manutenção do Órgão Central de Educação |
|  | 355.000,00 | 25.000,00 | 125.000,00 | 168.523,17 | 86.476,83 |
| 2014 - Manutenção do Programa de Merenda Escolar |
|  | 73.330,00 | 33.093,48 | 0,00 | 98.406,09 | 8.017,39 |
| 2015 - Manutenção da Creche |
|  | 415.000,00 | 215.705,62 | 25.000,00 | 480.709,05 | 124.996,57 |
| 2016 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB |
|  | 1.450.000,00 | 79.824,90 | 75.000,00 | 823.920,61 | 630.904,29 |
| 2017 - Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental |
|  | 592.250,05 | 47.110,81 | 40.000,00 | 440.819,86 | 158.541,00 |
| 2019 - Manutenção do Pré-Escolar |
|  | 162.000,00 | 49.435,00 | 15.000,00 | 126.913,45 | 69.521,55 |
| 2020 - Apoio ao Ensino Especial |
|  | 31.000,00 | 38.000,00 | 20.000,00 | 8.787,83 | 40.212,17 |
| 2021 - Apoio ao Ensino Médio |
|  | 78.000,00 | 0,00 | 18.000,00 | 57.831,94 | 2.168,06 |
| 2024 - Manutenção do Transp.Escolar - Pré-Escolar |
|  | 19.000,00 | 15.000,00 | 0,00 | 20.745,80 | 13.254,20 |
| 2026 - Apoio ao serviço de proteção Social PSE/MSE |
|  | 40.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 40.000,00 |
| 2029 - Atendimento a Criança e ao Adolescente |
|  | 23.000,00 | 0,00 | 0,00 | 4.480,00 | 18.520,00 |
| 2030 - Manutenção do Conselho Tutelar |
|  | 115.000,00 | 0,00 | 0,00 | 64.342,74 | 50.657,26 |
| 2031 - Manutenção da Assistencia Social |
|  | 755.000,00 | 0,00 | 55.000,00 | 443.467,50 | 256.532,50 |
| 2032 - Manutenção do Centro dos Idosos |
|  | 34.000,00 | 0,00 | 0,00 | 26.845,28 | 7.154,72 |
| 2033 - Manutenção da Rede de Energia Elétrica |
|  | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 42.707,94 | 47.292,06 |
| 2034 - Manutenção do Terminal Rodoviário de Passageiros |
|  | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.005,96 | 7.994,04 |
| 2035 - Manutencao do Centro de Eventos |
|  | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 | 8.005,20 | 26.994,80 |
| 2036 - Manutenção da Infra-Estrutura |
|  | 1.190.000,00 | 230.423,13 | 130.000,00 | 1.131.127,05 | 159.296,08 |
| 2037 - Manutenção da Agricultura |
|  | 1.236.100,00 | 812.364,06 | 0,00 | 1.713.818,51 | 334.645,55 |
| 2038 - Manutenção do Planejamento Urbano |
|  | 256.713,25 | 403.853,82 | 25.000,00 | 495.864,49 | 139.702,58 |
| 2039 - Manutenção do Sistema de Telefonia |
|  | 9.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.487,89 | 7.512,11 |
| 2040 - Pagamentos a Inativos |
|  | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35.000,00 |
| 2041 - Manutençao do FMSB - Fundo Munic. de Saneamento Básico |
|  | 6.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.000,00 |
| 2042 - Contribuição ao Pasep |
|  | 165.000,00 | 0,00 | 0,00 | 85.335,79 | 79.664,21 |
| 2043 - Reserva de Contingência |
|  | 75.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 75.000,00 |
| 2044 - Festividades Municipais |
|  | 100.000,00 | 0,00 | 25.000,00 | 67.468,62 | 7.531,38 |
| 2045 - Manutenção do Programa CRAS/PAINF |
|  | 253.770,00 | 139.552,73 | 3.110,00 | 201.558,58 | 188.654,15 |
| 2046 - Profissionalização de Jovens |
|  | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.000,00 |
| 2047 - Apoio ao Ensino Superior |
|  | 55.000,00 | 0,00 | 15.000,00 | 37.275,00 | 2.725,00 |
| 2048 - Manutencao do Fundo Municipal de Defesa Civil |
|  | 35.000,00 | 27.000,00 | 27.000,00 | 10.747,28 | 24.252,72 |
| 2049 - Constribuição para Consórcios Regionais |
|  | 92.000,00 | 0,00 | 0,00 | 59.669,02 | 32.330,98 |
| **Total da Unidade** | **10.796.513,30**  | **2.966.983,53**  | **1.052.910,00**  | **8.575.097,37**  | **4.135.489,46**  |

|  |
| --- |
| **Unidade Gestora: 02 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES SÃO BERNARDINO**  |
| **Projeto/Atividade**  | **Previsão**  | **Suplementações**  | **Anulações**  | **Execução**  | **Saldo atual**  |
| 2001 - Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores |
|  | 695.000,00 | 0,00 | 0,00 | 420.009,81 | 274.990,19 |
| 2007 - Manutenção da Câmara de Vereadores Mirim |
|  | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 761,00 | 24.239,00 |
| **Total da Unidade** | **720.000,00**  | **0,00**  | **0,00**  | **420.770,81**  | **299.229,19**  |

|  |
| --- |
| **Unidade Gestora: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**  |
| **Projeto/Atividade**  | **Previsão**  | **Suplementações**  | **Anulações**  | **Execução**  | **Saldo atual**  |
| 2008 - Manutenção da Saúde Pública |
|  | 1.292.946,70 | 590.387,08 | 47.289,19 | 1.325.787,64 | 510.256,95 |
| 2012 - Manutenção do Programa PACS |
|  | 156.100,00 | 8.889,00 | 0,00 | 97.857,82 | 67.131,18 |
| 2018 - Manutenção do Programa PSF |
|  | 606.320,00 | 23.858,83 | 40.000,00 | 391.088,98 | 199.089,85 |
| 2022 - Assistência Hospitalar ao Cidadão |
|  | 200.440,00 | 8.327,41 | 0,00 | 89.304,92 | 119.462,49 |
| 2023 - Manutenção do Programa Vigilância Em Saúde |
|  | 45.160,00 | 37.246,30 | 0,00 | 29.050,78 | 53.355,52 |
| 2025 - Contribuicao para Consorcios Regionais - Saude |
|  | 605.000,00 | 411.590,60 | 381.590,60 | 601.006,78 | 33.993,22 |
| 2027 - Manutenção Programa Sorrir |
|  | 229.220,00 | 120.615,36 | 30.000,00 | 140.812,95 | 179.022,41 |
| 2028 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão |
|  | 188.540,00 | 121.864,06 | 0,00 | 199.793,96 | 110.610,10 |
| **Total da Unidade** | **3.323.726,70**  | **1.322.778,64**  | **498.879,79**  | **2.874.703,83**  | **1.272.921,72**  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Total Geral**  | **14.840.240,00**  | **4.289.762,17**  | **1.551.789,79**  | **11.870.572,01**  | **5.707.640,37**  |